

# Recém-nascidos expostos: os enjeitados da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, Capitania do Rio Grande do Norte (Século XVIII)

Abandoned newly born: the foundings of the parish of Nossa Senhora da Apresentação, Captaincy of the Rio Grande do Norte (18<sup>th</sup> century)

Thiago do Nascimento Torres de Paula  
Escola Estadual Professora Maria Queiroz

## Resumo

O objetivo deste texto é apresentar à comunidade acadêmica, como funcionou o processo de abandono e recolhimento de crianças recém-nascidas, na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, especificamente, na segunda metade do século XVIII, a partir de documentos paroquiais, tratados e analisados com base nos princípios da demografia histórica e pensados à luz da história do cotidiano. Assim, procuramos compreender as estratégias e mecanismos daquela comunidade colonial, visando elucidar um problema, presente em, praticamente, todas as comunidades portuguesas na América.

Palavras-chave: Crianças recém-nascidas. Abandono. Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

## Abstract

The objective of this text is to present to the academic community, how works the process of abandonment and newly born children's safeguard in the Parish of Nossa Senhora da Apresentação, specifically in the second half of the 18<sup>th</sup> century, starting from parochial documents, agreements, the analysis is based on the beginnings of the historical demography and is thought under the light of the daily history. Therefore, we tried to understand the strategies and that colonial community's mechanisms, seeking to elucidate a problem, present in, practically, all the Portuguese communities in America.

Keywords: Newly born children. Abandonment. The Parish of Nossa Senhora da Apresentação.



A história é pontilhada por continuidades e descontinuidades, portanto, a presença de crianças recém-nascidas abandonadas, nos dias atuais, não corresponde a um fato novo em nossa sociedade.<sup>1</sup> Objetiva-se, com este texto, discutir o abandono de recém-nascidos, na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, da cidade do Natal.<sup>2</sup>

A historiadora Mary Del Priore diz que, fora do quadro pintado por Gilberto Freire, em *Casa – Grande & Senzala*, pode se observar a existência de famílias nucleares em outros espaços do Brasil colônia. Nessas localidades, era muito comum maridos ausentes, companheiros ambulantes, mulheres chefiando seus lares. Em consequência, as crianças circulavam entre domicílios, e eram criadas por familiares, comadres e vizinhos. (DEL PRIORE, 1993).

A problemática dos expostos variava, caso a caso, assim a maneira de abandonar guardava suas especificidades próprias. Muitas vezes, existia a preocupação de não deixar os recém-nascidos ao “relento”. Foram muitos os que “[...] depositavam a criança na soleira da porta, fazendo barulho e fugindo em seguida para os arrebaldes, onde se escondiam até terem certeza de que a criança fora bem acolhida.” Essa forma de agir caracterizou a maneira de abandonar na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, estabelecendo no espaço da uma “circulação de crianças.” (VENÂNCIO, 2002, p. 193).

193

## **Abandono-proteção**

A categoria abandono foi usada pelo historiador Renato Pinto Venâncio (1999), em sua obra denominada *Famílias Abandonadas*, em que ele investiga a assistência a crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador, nos séculos XVIII e XIX. Para esse historiador, o abandono-proteção pode ser visto, também, como abandono civilizado. Quem deixava os filhos recém-nascidos, em caminhos e logradouros, realizava um abandono selvagem, o que, muitas vezes contribuía para a morte da criança. Já as pessoas que decidiam abandonar as crianças, deixando-as em domicílios, procediam a um abandono civilizado, pois essa prática garantia o mínimo de assistência ao enjeitado, bem como a assistência religiosa, pelo recolhimento e o batismo.

Salienta-se que a investigação nos Documentos de Óbito nos revelou a existência de um caso de abandono selvagem em Natal, o que não muda o destino de alguns recém-nascidos da Freguesia. O caso foi notificado, no dia 17 de agosto, possivelmente, do ano de 1768. Como o Assento de Óbito, apresenta-se mutilado o que nos deixa apenas saber: “[...] foi achada uma creansa morta junto à Matris [...] pelo tamanho representa [...] com uma camisa de al [...] da licença minha [...]” (ASSENTO DE ÓBITO, 1768, fl. 3).

O registro, claramente, não nos diz muito do ponto de vista histórico, porém fica evidente a existência de uma criança morta em um ambiente aberto, prática tão comum nos meios urbanos coloniais na segunda metade do século XVIII. No entanto, acreditamos que o pequeno desvalido tenha sido sepultado em solo santo, já que o documento nos deixa entrever que houve um reconhecimento de um padre.

O ínfimo número de abandonos caracterizados como selvagens, e a prática constante de abandonos tidos como protetores no espaço da Freguesia foi ratificado a partir de uma pesquisa em mil novecentos e sessenta e três Termos de Vereação, pertencentes ao Senado da Câmara da cidade do Natal. Era obrigação das Câmaras assistirem os recém-nascidos expostos, subsidiando suas criações, caso não existisse uma Irmandade da Misericórdia, uma Santa Casa provida de uma Roda dos expostos. (MARCILIO, 2001).<sup>3</sup>

No processo investigativo dos documentos mencionados, buscamos encontrar alguma posição dos chamados homens-bons da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, no que diz respeito ao abandono de crianças recém-nascidas, como pagamento de subsídios para famílias criadeiras, ou mulheres na função de amas-de-leite. No entanto, nada encontrado, a não ser uma decisão vinda do Governo da Capitania de Pernambuco a qual a Capitania do Rio Grande do Norte estava administrativamente subordinada. A decisão voltava-se para as formas de ajuda aos desvalidos e expostos

[...] por hua Carta do Ill.mo e Ex. mo General de Pernambuco Lido pello mesmo Ministro [o Desembargador Antonio Felipe Soares de Andrada de Brederos] em que disia estar findo o Hospital dos Lasarinos naquella Prassa, e que para ajudar da Sua Subsistencia pedia quisessem oferecer o tenue Donativo de trinta reis em Cada arroba de algodão que Se embarcar para o Reino pagos na



Prença; o que ouvido todos, e vendo que era tanto do Bem Cumú destas capitâneas todos asentarão que era muito conviniente o dito Donativo, e o aprovarão, e pedião ao mesmo Ill. mo e Ex. mo General fisesse esta Sua representação na Real Presença, e alcansasse a confirmação deste Donativo. e de Como asim voluntariamente o prometerão, ficando o resto deste Donativo Se o houver para beneficio dos expostos Inocentes [...]. (TERMO DE VERAÇÃO, 1791, fl. 150v).

Convém alertar que o donativo advindo do algodão não era diretamente para os recém-nascidos abandonados, os expostos, mas, caso restasse algum, deveria ser utilizado para socorrê-los. Ressaltamos que o Rio Grande do Norte fazia parte das capitâneas anexas à Capitania de Pernambuco. Sendo assim, os trintas réis que provavelmente, saíam de cada arroba de algodão enviada para Portugal, possivelmente teria beneficiado os núcleos urbanos de Pernambuco, exceto os expostos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, por dois motivos: a distância entre as Capitâneas e a diminuta população dos expostos na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, aproximadamente de 82 (oitenta e dois) recém-nascidos.

Por outro lado, não encontramos, nos Termos de Vereação, notificação de recém-nascidos que foram expostos e mutilados ou mortos por animais, como vacas, cavalos, porcos e cães que existiam em grande quantidade na cidade do Natal. (POMBO, 1922). Isso reafirma a maneira protetora dos colonos das terras de Nossa Senhora da Apresentação, na maneira de abandonar os seus filhos. Os porcos, porém, foi motivo de preocupação dos camaristas no ano de 1797.

[...] acordarão mandar afixar hù Edital para não andarem porcos soltos pellas Ruas, dentro de tres dias os donos os Recolherem, e na falta todo o porco que for apanhado seja morto, e em Leilão a Rematado, e o se o produto seja para as despesas da Câmara [...]. (TERMO DE VERAÇÃO, 1797, fl. 88v).

Dois anos após, em 20 de abril de 1799, a preocupação dos colonos com os porcos continuava, tanto foi que, “[...] despacharão hua petição de Francisco Antonio Carrilho para poder livremente matar os porcos que lhe entrassem no seo citio [...]” (TERMO DE VERAÇÃO, 1799, fl. 127v).

Entretanto, fica evidente que a preocupação dos colonos em combater os porcos com a permissão do Senado da Câmara, estava mais relacionada à proteção de suas roças e lavouras (meio de sobrevivência) do que com a preocupação envolvendo recém-nascidos abandonados no silêncio da noite. Tal suposição se confirma, já que, 40 dias após o despacho da petição de Francisco Antonio Carrilho, ou seja, no dia 1 de junho de 1799, os vereadores se reuniram e

[...] acordarão em despachos Requerimento contra porcos, que avisados os donos para lhes botarem canga, e não a tendo, poderão matar qualquer porco que acharem nas Suas Lavouras ou junto a ellas, avisando os donos para os aproveitarem. (TERMO DE VERAÇÃO, 1797, fl. 130).

No processo da investigação, buscamos dados no Livro de Tombo da Igreja Matriz da Freguesia (documento no qual eram registradas as visitas diocesanas), os quais Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, denominou de “[...] verdadeiras patrulhas a serviço da fé [...]” pequenas inquisições. (FIGUEIREDO, 1997, p. 41). No entanto, não encontramos nenhum registro relacionado às crianças expostas no espaço da Freguesia, nem sequer uma menção.

O que mais nos chama atenção é, especificamente, o fato de, no período de 1760-1766, o abandono de recém-nascidos atingiu cifra de 7,6%, correspondente, em números absolutos, a 27 crianças deixadas nas soleiras das portas da cidade do Natal. Mesmo assim, esses enjeitados parecem não existir no controle cuidadoso dos bispos ou seus representantes que visitavam a jurisdição eclesiástica. (LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO, 1725-1890).

Assim, presumimos haver mais uma confirmação da forma protetora e cuidadosa, de como os colonos daquele espaço abandonavam os seus filhos. O pequeno índice de abandonados, entre 1753 e 1795, de 3,9% fez com que, provavelmente, aqueles expostos não chegassem à presença dos poderes públicos da Freguesia, a exemplo do Senado da Câmara e Igreja. Os documentos de batismo e de óbito impediam que os enjeitados passassem despercebidos.

Acreditamos que a omissão nos Termos de Vereação e no Livro de Tombo da Freguesia sobre abandono de crianças com poucos dias de nascimento era algo simbiótico à comunidade, isto é, não atrapalhava o cotidiano



dos colonos. Para Ariès, o ato de se livrar de uma criança, “[...] fazia parte das coisas moralmente neutras, condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo, numa semiconsciência, no limite da verdade, do esquecimento e da falta de jeito.” (ARIÈS, 1981, p. XV). Sendo assim, podemos afirmar que era a própria comunidade da Freguesia quem resolvia o “problema” do abandono de crianças.

A sociedade que abandonava era a mesma que recolhia e acolhia. Apesar de o Senado da Câmara não ter subsidiado as famílias que aceitavam criar as crianças pobres expostas, encontramos, nos Termos de Vereação, nomes de pessoas ligadas à administração local e aos expostos, que as recebiam em suas portas durante a noite, tornando-se padrinhos. A título de exemplo temos: o coronel Francisco da Costa de Vasconcellos, Antonio Martins Praça e Joaquim de Morais Navarro. (TERMO DE VEREAÇÃO, 1738-1793).

A Tabela 1 demonstra que a própria sociedade recolhia e amparava os expostos, pois 48,6% das pessoas que apadrinhavam os enjeitados estavam diretamente relacionadas ao domicílio do receptor, membros da família. Destacamos que 6,1% dos padrinhos eram os próprios casais proprietários das casas onde ocorria o abandono; 14,6% eram, apenas, os chefes dos domicílios, muitos eram mulheres; 9,7% eram mulheres dos chefes de domicílios; 17%, os filhos, enquanto 1,2%, outros familiares ligados ao domicílio.

197

**Tabela 1** – Intradomicílio: quem apadrinhava os expostos, 1753-1795

Padrinhos	Expostos	
	Nº Absoluto.	Nº Relativo
Casal dono do domicílio	5	6,1
Chefe do domicílio	12	14,6
Mulher do chefe do domicílio	8	9,7
Filho do chefe do domicílio	14	17
Outros familiares	1	1,2
Outras pessoas	36	43,9
Padres	3	3,6
Índios	-	-
Escravos	-	-
Sem Padrinho	3	3,6

Fonte: Livros de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação

Para a historiadora Mattoso (1990, p. 132) “[...] o padrinho, o compadre, a madrinha, a comadre, assumem responsabilidades idênticas às dos pais.” Vejamos que 43,9% dos padrinhos dos enjeitados eram pessoas que, aparentemente, não mantinham nenhuma relação familiar com o domicílio receptor. No entanto, os documentos investigados nos permitem entrever que algumas dessas pessoas que receberam os recém-nascidos para apadrinhar eram personagens que dispunham de condições para prover a sobrevivência dos abandonados, como trataremos logo adiante.

Eram os padres “[...] padrinhos de uma parte da população e compadre da metade restante.” (CASCUDO, 1992, p. 11). Entretanto, verificamos que, na população de expostos, apenas 3,6% foram apadrinhados por sacerdotes. No decorrer da leitura dos Assentos de Batismo, observamos que os padres não apareciam, freqüentemente, como padrinhos da população geral.

Na Vila de Sorocaba (São Paulo), 58% dos padrinhos dos expostos eram membros da família que recebia a criança. (BACELLAR, 2002). Enquanto na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, como mencionado, 48,6% dos padrinhos de expostos faziam parte da família receptora. O raciocínio de Venâncio sobre o apadrinhamento de crianças fundamenta o entendimento dos números apresentados.

O apadrinhamento servia como um substituto à complicadíssima e burocrática adoção legal. Através do compadrio, o enjeitado ingressava na família [...] estabelecendo relações de parentesco espiritual. Para se ter idéia da abrangência do vínculo, basta dizer que todos os parentes do padrinho e da madrinha, colaterais, ascendentes e descendentes, até o quarto grau, passavam a ter oficialmente algum tipo de ligação familiar com a criança. (VENÂNCIO, 2002, p. 220).

Entendemos que a reflexão sobre compadrio da historiadora Goldschmidt completa a discussão de Venâncio. Para ela,

Parentesco adquirido com a administração do sacramento do batismo na Igreja Católica, que considerava os vínculos espirituais tão válidos quanto os consanguíneos. Segundo os cânones eclesiais, eram parentes os que batizava e o batizado, seu pai e sua mãe; bem como os padrinhos e o batizado [...]. (GOLDSCHMIDT, 1994, p. 190).



Para as regras de conduta social, o contato sexual entre padrinhos e afilhados era considerado crime, o que poderia ser punido com a morte, o degredo ou trabalho forçado nas galés. (ARAÚJO, 1997). Frisamos que, apesar de não ter sido comum os convites para índios e escravos tornarem-se padrinhos de expostos e de não termos contabilizado situações desse tipo na tabela, tais exceções estiveram presentes na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, envolvendo a família Cunha.

Na data de 7 de abril de 1776, às cinco horas e trinta minutos, o colono João da Cunha Dias encontrou abandonado, em sua porta, um recém-nascido do sexo masculino, batizado com o nome de Francisco. No entanto, o mais importante desse dado são as pessoas que foram convidadas para ser pais espirituais ou padrinhos da criança: Antonio da Cunha, filho do dono da casa onde ocorreu o abandono e Anna Maria, filha de Luiz Pereira, índios da Vila de Extremós. (ASSENTO DE BATISMO, 1776).

Passados nove meses, em 31 de janeiro de 1777, foi colocado mais um recém-nascido na casa de João da Cunha Dias. O exposto, agora do sexo feminino, foi encontrado, ao romper do dia, por Vitoria Francisca, mulher de Antonio da Cunha. Porém, o que nos chama mais a atenção são os padrinhos da enjeitada: Antonio da Cunha, também padrinho de Francisco exposto e Luiza escrava de João de Sousa Nunes. (ASSENTO DE BATISMO, 1777).

No caso da família Cunha, além das exceções de apadrinhamentos de enjeitados por um índio e por um escravo, foi possível detectar a existência de um pacto social de parentesco e vizinhança em meio à comunidade da Freguesia. Apesar da apatia do Estado Português e da Igreja Católica, era a sociedade quem socorria a pequena população de expostos, dentre outros casos.

Em 23 de novembro de 1763, foi abandonada, em casa de João Batista Dias, uma menina batizada com o nome de Maria. Teve como seus padrinhos, o próprio João Batista Dias e Ignacia Perreira, filha de João Luis Pereyra, que certificaram ao reverendo padre que não tinham batizado a exposta em casa e jurariam sobre os evangelhos, caso fosse necessário. Observemos que foi o dono do domicílio receptor que apadrinhou a enjeitada, recebendo como madrinha a filha do proprietário da escrava que

a encontrou, e que atendia pelo nome de Eva. (ASSENTO DE BATISMO, 1763).

Na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, a leitura da documentação batismal deixa bastante claro que os colonos dividiram entre si os “encargos” para manutenção das pequenas vidas abandonadas. Com isso, alguns expostos se tornaram verdadeiros elos sociais e familiares, já que alguns colonos não estavam ligados a eles por um simples acaso.

## O elo social

Aos 4 de maio de 1761, na capela de Santo Antonio do Potengi foi batizada uma menina, pelo padre que realizou o sacramento e redigiu o batistério. Essa menina seria uma suposta filha ilegítima da viúva Maria José, esposa do colono Antonio Soarez, com o licenciado João José Ferreyra, cirurgião da cidade do Natal, natural da cidade do Porto (Portugal). Possivelmente, tal informação sobre a origem da criança deve ter sido passada pelos próprios padrinhos, já que a pequenina era uma exposta, que havia sido abandonada na casa de Dona Tereza de Jesus da Rocha, mulher pobre e natural da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

Naquele dia (4 de maio), a menina enjeitada recebeu como padrinhos, Tereza de Jesus da Rocha e, provavelmente, com o convite da colona, o Capitão Antonio Vaz de Oliveira, homem casado. Assim, a enjeitada recebeu o nome da madrinha Tereza. (ASSENTO DE BATISMO, 1761).

Na situação apresentada, três hipóteses devem ser destacadas: o primeiro é que a pequena Tereza, possivelmente, foi fruto de relações sexuais extraconjugais, consideradas para sociedade da época um ato ilícito. Considerando os diminutos espaços de vivências da Freguesia, foi fácil monitorar a suposta origem de Tereza, menina exposta. Pois se uma mulher viúva, cujo comportamento, na comunidade, leva a crer que ela mantém relações sexuais com um determinado homem, aparece grávida, e, após alguns meses, desaparece a gestação, surgindo um recém-nascido abandonado, isso deixa transparente para a comunidade quem seriam os seus genitores.

No entanto, a existência de filhos ilegítimos no espaço geográfico da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, não era um indicador para o abandono de recém-nascidos de uma maneira geral. Arrolamos um índice



de 19,8% de filhos ilegítimos frente a 3,9% de abandonados, demonstrando, assim, que eram muitos os rebentos frutos de relações consideradas ilegais ou irregulares pela Igreja Católica da época. De fato, Del Priore (2002, p. 74), diz que “[...] a rotatividade de crianças, sobretudo das tidas fora do matrimônio consagrado pela Igreja, era bastante comum.”

A segunda hipótese refere-se ao apadrinhamento da enjeitada que não fugiu da realidade vivida pela pequena população de expostos da Freguesia, na qual 48,6% dos enjeitados recebiam algum dos membros do domicílio receptor como padrinho. Por último, a viúva não abandonou sua criança recém-nascida no domicílio de Tereza de Jesus da Rocha, por um simples acaso. Mesmo sendo considerada uma mulher pobre na comunidade em que vivia, o domicílio da colona tinha plenas condições de possibilitar a sobrevivência da enjeitada, pois lá existia leite materno.

A documentação de óbito nos revelou que, aproximadamente, oito meses antes do aparecimento da exposta, na data de 8 de setembro de 1760, teria morrido Berttoleza, na idade de nove meses “pouco mais ou menos,” filha da colona Tereza de Jesus da Rocha. (ASSENTO DE ÓBITO, 1760). Acreditamos que, na posição de madrinha da exposta, e na ausência de uma filha, a referida mulher tenha se tornado a ama-de-leite da enjeitada, nesse caso, possibilitando a sobrevivência da recém-nascida, num mundo de tantas precariedades, como era a Colônia Luso-americana. Segundo Mattoso:

O padrinho tem obrigação de dar assistência ao afilhado: ajuda espiritual, sem dúvida, mas também material, e são raros no Brasil os padrinhos que não levaram a sério suas responsabilidades. Os laços de compadrio são o próprio fundamento da vida de relação. (MATTOSO, 1990, p. 132).

Situação semelhante a de Tereza de Jesus da Rocha também viveu a colona Ritta Maria dos Santos, que encontrou abandonado na “porta” de sua casa um menino branco, sobrevivendo, apenas, oito dias após chegar em seu domicílio no dia 6 de janeiro de 1797, sepultado no solo sagrado da capela do Senhor Bom Jesus da Ribeira, envolto em um hábito azul. (ASSENTO DE ÓBITO, 1797). Ressalta-se que são raros, na segunda metade do século XVIII, na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, os documentos de batismo e óbito revelando a cor da pele das crianças.

No entanto, Ritta Maria dos Santos tinha plenas condições de dar o mínimo de alimento ao exposto que recebeu em “sua porta”, pois havia em, seu domicílio, uma filha recém-nascida, com mais ou menos seis meses de vida, falecida na data de 24 de julho do mesmo ano de 1797, com idade de doze meses, e sepultada de hábito azul, na Capela do Senhor Bom Jesus. (ASSENTO DE ÓBITO, 1797). É evidente que quem buscou a casa da colona para enjeitar o recém-nascido, que recebeu o nome de Jose, possivelmente procurou a proteção dessa criança, por ter certeza de que naquela casa havia uma mulher que estava amamentando.

Também não foi, casualmente, que Dona Antonia Maria Soares convidou o Capitão Braz Alvarez de Oliveira, homem casado para apadrinhar um exposto de nome Joaquim, na data de 25 de agosto de 1773 na Igreja Matriz. O recém-nascido Joaquim foi posto, no limiar da casa de Dona Antonia Maria, 30 dias antes do batismo. (ASSENTO DE BATISMO, 1773). O ato de apadrinhamento do enjeitado pelo militar, via a dona do domicílio receptor, estava diretamente relacionado com o sustento do mesmo, se considerarmos as obrigações do pai espiritual.

O Capitão Braz Alvarez de Oliveira era proprietário de uma escrava, chamada pelo nome de Ignacia. Essa havia parido uma menina a cerca de 95 dias antes do batizado de Joaquim exposto, na data de 20 de maio de 1773. (ASSENTO DE BATISMO, 1773), o que indica que Antonia Maria Soares procurou alguém na comunidade que pudesse oferecer sustento ao enjeitado. Nas palavras de Scarano:

Quando uma escrava paria, se tornava possível a existência de uma ama-de-leite. O aleitamento era tido como importantíssimo, tanto pela Igreja, quanto pelos conceitos médicos da época. Dessa maneira, cativas que dispunham de leite eram empregadas como fornecedoras de alimento para crianças de várias categorias. (SCARANO, 2002, p. 114).

Discutindo o ato de abandono, podemos nos aproximar um pouco mais desses pequenos protagonistas da história e demonstrar o caso de Lino exposto, (ASSENTO DE BATISMO, 1763), para o fato do pequeno enjeitado não receber como padrinhos os moradores ou, pelo menos, o proprietário da casa onde ele foi enjeitado. Lino foi apadrinhado por um casal que, provavelmente, representava a elite local: o Coronel Francisco da Costa



de Vasconcelloz<sup>4</sup> e sua mulher Maria Rosa, sendo essa senhora natural da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e seu marido, natural da Freguesia de Nossa Senhora das Neves da cidade da Paraíba (atual cidade de João Pessoa).

Possivelmente, o pequeno Lino foi abandonado em casa de uma viúva chamada Rosa Maria Josepha, cuja atitude em convidar o casal para padrinhos não foi uma casualidade ou atenda exclusivamente à posição social do Coronel Francisco da Costa de Vasconcelloz, ou a condição de saúde de sua esposa. A documentação revela que o referido casal batizou o seu filho legítimo, na data de 3 de outubro de 1763, na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá, recebendo o nome de Roque (ASSENTO DE BATISMO, 1763) e o pequeno enjeitado foi batizado na data de 18 de dezembro do mesmo ano, na mesma Capela.

O pequeno Roque foi batizado pelo padre Miguel Pinheiro Teixeira e teve como seus padrinhos: o Sargento-mor Francisco Machado de Oliveyra Barros (morador na dita freguesia), e Dona Theresa de Gois Vasconsellos. A madrinha era viúva do Sargento-mor José Dantas, que vivia na cidade da Paraíba, e se tornou mãe espiritual do menino, por meio de uma procuração apresentada por Dona Anna da Costa Teyxeira, mulher do Capitão Antonio de Gois. Os elos sociais e familiares envolvidos no batizado do filho do casal convidado para apadrinhar Lino exposto, servem para ratificar a nossa hipótese da posição de destaque que eles ocupavam na comunidade.

Agora fica evidente a escolha da viúva. Lino é abandonado, em sua "porta", mais ou menos 75 dias após a senhora Maria Rosa ter dado à luz, mesmo tendo plenas condições de sustentar o exposto com seu leite, "alimento que talvez não existisse na casa da viúva" pois, segundo a religiosidade católica romana, na ausência dos pais, os padrinhos assumem a responsabilidade sobre a criança. Por motivo do pequeno Lino ser filho de pais incógnitos, cabia a sua madrinha assumir o lugar de sua genitora, e de ama de leite. Em suma, movidos pela compaixão e pelo sentimento cristão, o casal apadrinhou a criança, vislumbrando, assim, a possibilidade para sua sobrevivência em um ambiente de uma alta mortalidade infantil. (DEL PRIORE, 2002).

A lembrar que Dona Maria Rosa era esposa de um militar de alta patente, membro da elite local, bem possível que a tal senhora não alimen-

tasse com o seu leite o pequeno Roque, seu filho, mas buscasse em algum lugar do espaço da Freguesia uma mulher livre ou escrava, em condições de amamentar, para que lhe pudesse prestar os serviços de ama-de-leite, prática social tão comum entre as mulheres abastadas da sociedade colonial. (MARCILIO, 1986).

Analisando, cuidadosamente, a documentação eclesiástica foi possível entrever que as relações interpessoais na Freguesia não eram das mais simples, principalmente no caso do recém-nascido enjeitado, que recebeu o nome de Lino, já que a sua chegada, ao domicílio da viúva, também não ocorreu por uma mera coincidência.

O batismo de uma menina escrava de nome Lusía, filha natural de Januária e de pai desconhecido, é o grande filão dessa história (ASSENTO DE BATISMO, 1763), pois da mesma maneira tanto Januária como sua filha eram propriedades da viúva Rosa Maria Josepha. Lusía foi batizada na mesma capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá, espaço religioso onde também receberam os sacramentos Roque e Lino, em 30 de outubro de 1763. Seus padrinhos foram o Coronel Francisco da Costa de Vasconcellos e a senhora Dona Maria Rosa.

204

É evidente que as pessoas envolvidas no abandono do pequeno recém-nascido na "soleira" da citada viúva, deveriam ter conhecimento, em maior ou menor grau, da existência de uma escrava parida naquele domicílio que, supostamente, viria a ser uma ama-de-leite em potencial, no caso da viúva Rosa Maria Josepha o que apadrinhou. Assim sendo, a presença de leite materno na residência deve de ter motivado os pais do pequeno desvalido a deixá-lo naquela casa, furtivamente durante a noite.

Outro indicativo importante a ser considerado é a relação existente entre a viúva e o casal, pois em um curto tempo de mais ou menos 50 dias, se tornou padrinho de duas crianças de uma mesma casa. As crianças não eram filhos legítimos do domicílio: um era escravo e outro era exposto. No entanto, podemos conjecturar que os laços de compadrios estabelecidos pela senhora Rosa Maria podem ter "garantido" o alimento necessário para o enjeitado, pois a mulher do coronel era comadre de Januária, escrava da viúva e a mãe espiritual de Lino.

Assim, podemos acreditar que a própria cativa Januária apresentava certa relação de parentesco com Lino, via seus compadres, garantindo para



o exposto o mínimo para sua existência, o leite. Também não descartamos a possibilidade de ela ser a ama-de-leite do pequeno Roque, filho do casal.

Porém, nem a provável “boa condição financeira” do padrinho do pequeno Lino tampouco a possível prática de amamentação pela sua suposta ama, Januaria, e muito menos a coincidência de sua madrinha poder “sustentá-lo com o seu próprio leite”, puderam salvar a vida do pequeno enjeitado, pois, dois meses após o seu batismo, ele teve idêntico destino de muitos recém-nascidos do mundo colonial português: a morte. Mas foi sepultado na mesma capela onde foi batizado, fechando seu curto ciclo de vida envolto em uma mortalha azul. (ASSENTO DE ÓBITO, 1763).

Essa “circulação de crianças” na condição de expostos e ainda mais em situações em que eles representaram verdadeiros elos sociais ficou também patente no caso de um recém-nascido que foi abandonado em casa de Francisco Pinheiro (ASSENTO DE BATISMO, 1769), pois “[...] a freguesia era uma família onde todos os membros estavam ligados.” (CASCUDO, 1992, p. 12). O dado relevante é que o colono recebeu o enjeitado em seu domicílio portando um bilhete, que o responsabilizava de entregar a criança ao Capitão-mor Francisco Nogueira, dessa forma, o exposto foi entregue no dia 19 de junho de 1769.

No entanto, o enjeitado somente foi batizado um mês após a entrega (24 de julho do mesmo ano), na capela do Jundiáí, seguindo a prática corrente entre os colonos daquele espaço, em que, na maioria das vezes, o pequeno abandonado era apadrinhado por alguém do domicílio que o recebia. Sendo assim, o mesmo recebeu o nome de Antonio e foram seus padrinhos: Joam Rodrigues Sexas (homem casado), e Dona Ignes Maria de Araújo, mulher do Capitão-mor Francisco Nogueira. Não sabemos o motivo que conduziu os pais ou mesmo a mãe do pequeno enjeitado, em fazer Francisco Pinheiro um intermediário no ato do abandono. Porém, sabemos o porquê do bilhete destinar o recém-nascido para tal domicílio:

Bento filho de Teresa e de pay incognito escrava do capitam-mor Francisco Nogueira neto por parte materna de Luis de Miranda, e sua mulher Maria escravos do capitam Jose Dantas Correa nasceo aos vinte e sete de Julho do anno de mil setecentos e secenta e nove e foi batizado com os santos oleos de licença minha na capela do jundiahi desta freguesia pelo padre Joam Tavares da Fonceca aos seis de Agosto do dito anno: foram seos



padrinhos Francisco Delgado, e sua mulher Anna Soares Correa, de que mandey fazer este assento, em que me asiney. Pantaleão da Costa de Araujo, Vigario do Rio Grande. (ASSENTO DE BATISMO, 1769, fl. 22).

No ano em que o pequeno Antonio foi abandonado e entregue ao Capitão-mor, Francisco Nogueira levou ainda em torno de mais de 30 dias para que sua escrava viesse a parir e a gerar o leite que possibilitaria a sobrevivência do exposto, a considerar que ele era afilhado de um homem ocupante de um dos mais importantes cargos da administração da Capitania. Deveria ser do conhecimento da comunidade que o Capitão-mor tinha, em sua posse, uma cativa bem próxima a parir, tornando-se, assim, o seu domicílio uma localidade bastante atrativa para aqueles colonos os quais, por algum motivo, viram, na prática do abandono, uma das soluções para a proteção de seus filhos.

Se aproximarmos bem a lente da crítica histórica, temos a certeza da existência de uma prática informal de acolhimento familiar, sem envolvimento direto nem do Estado tampouco da Igreja, na qual os próprios colonos da Freguesia assumiam e dividiam a responsabilidade sobre os enjeitados. Divisão de responsabilidade diante de laços sociais e familiares, que proporcionaram a uma parcela da minúscula população de expostos chegar à idade adulta.

206

## Os expostos-adultos

Apesar da alta mortalidade infantil nos espaços distintos do Brasil-colônia, houve localidades onde alguns expostos quase que "heroicamente" conseguiram "driblar" a morte e chegaram à idade adulta.

Diante de pouquíssimos dados historiográficos ou quase nenhum, sobre a inserção desses adultos na sociedade, no entanto aqueles que chegaram à idade adulta tiveram dois destinos: as portas dos domicílios e a Roda dos expostos, caso houvesse localmente.

Bacellar nos oferece um panorama relativo às relações matrimoniais desses enjeitados para a Vila de Sorocaba. Para efeito de análise, diz:



[...] foram identificados, para o período entre 1679 e 1830, 273 assentos de casamentos em que pelo menos um dos cônjuges era declarado exposto. Doze dessas uniões foram celebradas com os dois cônjuges enjeitados, o que eleva o total de casos para 285. Dentre estes, havia uma nítida predominância de noivas expostas, 181 (63,5%), sobre os noivos expostos, 104 (36,5%). Esta proporção vai de encontro à igualdade entre os identificados quando do abandono, mostrando que, por ocasião do matrimônio, as moças expostas tinham maiores possibilidade de casar. Ou, pelo menos, maiores chances de alcançar uma união conjugal diante do altar, já que não é possível medir as uniões informais. Eram, aparentemente, mais valorizadas enquanto cônjuges, mas não sabemos o porquê. (BACELLAR, 2002, p. 36).

A partir desse quadro dentre outros dados, revela uma mínima parte da vida da enjeitada Gertrudes:

[...] exposta na casa do guarda-mor Antônio João Ordonho e de dona Ermenegilda Ferreira Prestes, grandes agricultores, possuidores de mais de quarenta escravos. Gertrudes, nascida e exposta por volta de 1790, era claramente considerada agregada. Casou-se, em 1804, com Custódio Pereira, jovem filho de humildes agricultores, e constituíram um lar extremamente simples. Na colheita do ano de 1807, por exemplo, declararam haver colhido somente três arrobas de algodão, enquanto que em 1810 teriam produzido apenas doze alqueires de milho e quatro arrobas de algodão. Gertrudes, após enviuvar, casou-se novamente, em 1818, com José Pedroso, igualmente pequeno lavrador. (BACELLAR, 2002, p. 37).

207

O caso da exposta Gertrudes deixa bastante evidente a intenção dos pais biológicos da enjeitada abandoná-la em um domicílio com posses, em busca de uma “vida melhor” para ela. Com isso, conseguiram livrá-la de uma morte prematura. Mas, incorporada ao domicílio e não, à família.

Há exemplos de expostos que, quando adultos, puderam desfrutar uma vida um tanto confortável, é o caso da enjeitada Esméria Rita do Vale, apresentado por Bacellar:

[...] bem sucedida foi Esméria Rita do Vale. Batizada como exposta na casa de Manuel do Vale Pereira, carioca instalado em Sorocaba, e sem filhos, casou-se com o tenente Francisco Vicente



Torres, viúvo, lavrador de médio porte, dono de cerca de meia dúzia de escravos. Um bom casamento, sem dúvida, pois o tenente tinha padrão sócio-econômico superior ao do seu sogro Manuel, transformando o matrimônio em uma forma de ascensão social para a jovem Esméria. (BACELLAR, 2002, p. 38).

A historiadora Maria Luiza Marcílio nos oferece outros dados histórico-gráficos, sobre expostos que se tornaram adultos, em lugares bem diferentes da Vila Sorocaba, como por exemplo, nos grandes centros urbanos da Colônia. Nesses centros urbanos, as Santas Casas da Misericórdia não conseguiam cuidar de todas as crianças que retornavam do período de criação, realizada em casa de mulheres pagas pelas Santas Casas de Misericórdias. Como eram pouquíssimas as amas-criadeiras que aceitavam continuar com os enjeitados, por fazê-lo sem receber nenhum subsídio, os expostos acabavam sem ter para onde ir. Sem destino certo, os pequenos desvalidos terminavam “[...] perambulando pelas ruas, prostituindo-se ou vivendo de esmolas ou de pequenos furtos.” (MARCÍLIO, 2001, p. 75).

Diante dessa dura realidade social, as Santas Casas de Misericórdias buscavam famílias que pudessem receber os expostos como aprendizes (no caso dos meninos) ofícios ou ocupações como ferreiro; sapateiro; caixeiro, dentre outros. Uma outra possibilidade para os meninos enjeitados era o encaminhamento para as Companhias de Aprendizes de Marinheiro ou de Aprendizes do Arsenal da Guerra, para

A construção de embarcações exigia a presença de trabalhadores diversos, especializados ou não especializados. Daí instalarem oficinas para os expostos se iniciarem em ofícios de marceneiro, calafate, ferreiro, tanoeiro, pedreiro, tecelão e outros mais. No estaleiro a criança vivia ao lado de presos, escravos e degredados. Sua alimentação era tão fraca, à base quase só de farinha de mandioca, que acabavam definhando e muitas morrendo. No testemunho de um médico do Rio de Janeiro, que observou as crianças do Arsenal da Marinha, a maioria delas comia terra e tinha o corpo enfraquecido pelos parasitas intestinais. (MARCÍLIO, 2001, p. 76).

A historiadora Diane Valdez concorda, plenamente, com Marcílio quanto aos projetos de proteção às crianças desvalidas de sexo masculino, basicamente fundamentados na “pedagogia militar”. Para ela, “[...] obede-



cendo a uma disciplina rígida, os meninos se viam em uma dura rotina de revista, marchas, aulas, oficinas, rezas e de punições, à menor falta cometida." (VALDEZ, 2003, p. 20).

Por sua vez, Venâncio aponta um outro caminho para os expostos de sexo masculino que se tornavam adultos: a carreira eclesiástica.

Se durante a infância eles eram vistos como filhos do pecado, tudo se modificava quando conseguiam ser admitido nos seminários. O sacerdócio os "purificava" socialmente, além de abrir possibilidades de ascensão social, seja na burocracia eclesiástica, seja na atividade política, como foi comum entre o clero do Império. (VENÂNCIO, 1999, p. 147).

Paulo César Garcez Martins (2002) corroborando Venâncio, revela que o padre Diogo Feijó (regente do Império brasileiro), foi batizado como exposto e declarado de pais incógnitos. Miriam Dolhnikoff faz um comentário mais amplo sobre o ilustre enjeitado, exposto em uma porta domiciliar como tantos outros anônimos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Diogo Antônio Feijó

[...] nasceu em 1784 como filho ilegítimo de uma rica família paulista, os Camargos. Esta é a hipótese mais aceita pelos historiadores para uma origem não identificada, já que o recém-nascido foi abandonado por uma mãe provavelmente solteira que, para fugir à desonra, deixou a criança na porta da própria casa, de modo a criá-lo sem expor à condenação pública. (DOLHNIKOFF, 2004, p. 72).

Igualmente a outros espaços do Brasil-colônia, foi possível identificar, nas terras da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, a existência de alguns poucos adultos que, quando recém-nascidos foram abandonados. No entanto, os dados obtidos sobre o pequeno conjunto de expostos-adultos que viviam na Freguesia foram extremamente precários.

A precariedade e o reduzido nível de informações relativas aos expostos-adultos da referida Freguesia estão relacionados com o próprio conteúdo das fontes investigadas, que são os Assentos de Batismo e Óbito. Na concepção de Linhares (1981, p. 74), "[...] o limite do historiador é imposto pela documentação [...]" sobretudo porque "[...] a fonte não é objeto, mas

meio de conhecimento [...]” (RODRIGUES, 1969, p. 234), deve ser cuidadosamente tratado e analisado do ponto de vista da crítica.” (BLOCH, 2001).

A documentação nos oferece poucos dados sobre esses protagonistas da história, a saber: a localidade de onde eles eram originários; a condição de seus filhos, se eram legítimos ou naturais; e o local de seus respectivos abandonos, na condição de recém-nascidos.

O conjunto desses adultos (em um período de praticamente 50 anos), na localidade da Freguesia, não é significativo, pois, em números absolutos, correspondiam a 20 pessoas. Se tomarmos a contagem populacional do ano de 1808, em que a cidade do Natal tinha uma população de 5.919 habitantes (CASCUDO, 1999), os expostos-adultos representavam aproximadamente, 0,3% do total de moradores.

Com relação à origem dos expostos que conseguiram se projetar para uma vida adulta, podemos revelar que eles eram, na maioria, naturais da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, ao todo 12 indivíduos (60%), seis desses enjeitados (30%) eram de outras freguesias. Com relação a dois deles (10%), a documentação não apresenta as suas naturalidades.

210

A documentação nos mostra que 70% dos expostos-adultos foram abandonados nas portas de domicílios, não fazendo nenhuma referência ao local onde os outros 30% foram deixados. Nota-se que o “modelo” de abandono seguia, predominantemente, o caráter de proteção, equiparando-se a da própria maneira de abandonar de muitos genitores da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, que deixaram os seus filhos recém-nascidos pelas muitas “portas residenciais” da localidade.

O percentual, com relação ao sexo desses expostos-adultos, apresentou-se de forma extremamente equilibrada, ou seja, 10 homens (50%) e 10 mulheres (50%). Tal aspecto equânime dos números da razão de sexo, se aproxima do índice identificado por Barcellar (2002), para Vila de Sorocaba, alterando, apenas, a flutuação populacional.

Saindo da discussão numérica e aproximando-se desses adultos que tiveram suas origens na prática do abandono, podemos destacar o caso do único exposto-adulto identificado nos documentos de óbito. O colono José exposto faleceu em 1761, com a idade de 68 anos, segundo o seu registro de sepultamento. Salientamos que ele deve ter vivido, provavelmente, toda a sua vida na Freguesia, já que foi sepultado na Capela do Senhor Santo



Antonio do Potengi, envolto em mortalha de pano branco<sup>5</sup> e na condição de homem solteiro, pois não existia menção a cônjuge algum. (ASSENTO DE ÓBITO, 1761).

Representando uma parcela diminuta da população estudada, os referidos expostos-adultos chegaram a ocupar algumas posições de destaque na sociedade, mesmo que esse status estivesse relacionado às suas vidas privadas, tomavam forma de vida pública de cada um deles (DEL PRIORE, 1997). Tal status se relacionava com os ritos espirituais e temporais, nos quais se configuraram em um corriqueiro ato de apadrinhar uma criança, até a realização de um matrimônio com um personagem tido como importante na sociedade local.

Para consubstanciar esse raciocínio, Ronaldo Vainfas considera que o cotidiano liga-se às estruturas e ao social global. Contudo, a vida privada se ligaria à domesticidade e à familiaridade. Vainfas (1996, p. 14) ainda, esclarece que não existem motivos para pensá-los de maneiras excludentes, “[...] uma vez que a dimensão da familiaridade ou da intimidade pode ou deve ser perfeitamente percebida na cotidianidade.”

Todavia, Mello e Souza e Fernando Novais (1996, p. 64-65) procuram fazer uma ampliação dessa linha de pensamento de Vainfas, quando afirma que “[...] cotidiano e vida privada assumem contornos específicos em situações históricas específicas”. Evidenciando que a diferença entre o espaço público e o privado vai além dos limites da familiaridade, já que “[...] o âmbito privado deve ser associado ao indivíduo e simultaneamente oposto ao âmbito público onde se espraia o estado.” Sendo assim, “[...] no mundo pré-capitalista, e na ausência de um estado definido, os contornos entre cotidiano e vida privada se esfumaçariam.”

Retomando a discussão sobre os expostos-adultos que se destacaram em meio aos seus pares na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, podemos tecer dois comentários. O primeiro está relacionado a uma enjeitada conhecida pelo nome de Maria do Ó, que, quando recém-nascida, foi exposta na “soleira da porta” da casa do colono Manuel de Souza.

Assim como outros expostos-adultos, quase nada sabemos sobre essa exposta. O que tornou a então anônima Maria do Ó? Um elemento importante para nossa pesquisa, foram os convites que ela recebera quase que

“sucessivamente” para ser madrinha, a mãe espiritual de três pequerruchos recém-nascidos, a saber: Domingos; Manuel e Pedro.

Não foi possível identificar que tipo de posição social ocupava o “pai adotivo” da enjeitada, na comunidade, pois não podemos esquecer que a sociedade colonial, independentemente da localidade era bastante hierarquizada. (FERLINI, 2002). Sabemos que esse pai adotivo aparece como padrinho em dois dos três batizados. Porém, se a importância estivesse, necessariamente, nele por que não ter sido sua esposa a madrinha das crianças ao invés da exposta?

Em de 25 de agosto de 1754 foi batizado com licença do reverendo Vigário Doutor Manuel Correa Gomez, Domingos, filho legitimo do casal de colonos Pedro Correa e Eufrasia, na Capela de Nossa Senhora do Ó de Mipibu, onde foram padrinhos Manuel de Sousa, e sua emjeitada Maria do Ó. (ASSENTO DE BATISMO, 1754). Ora, é claramente perceptível que a madrinha de Domingos tinha o mesmo nome da Santa da Capela. É possível que a exposta tenha recebido esse nome por devoção de seu “pai adotivo,” quem sabe ela até fosse afilhada da santa.<sup>6</sup> Podemos, também, conjecturar que os pais biológicos da madrinha fossem devotos de Nossa Senhora do Ó, e no ato do abandono, tenham deixado expresso em um escrito a vontade de “verem” a menina com o tal nome ou tornar-se afilhada da dita Santa.

No entanto, em um intervalo de tempo de mais ou menos três meses e 20 dias, em 15 de dezembro do mesmo ano de 1754 e na mesma Capela de Nossa Senhora do Ó de Mipibu, a exposta, Maria do Ó, aparece em companhia de seu “pai de criação”, tornando-se compadres dos colonos: Diogo Ferreyra e de Maria Gomez. Assim sendo, a enjeitada e Manuel de Souza mais uma vez se tornaram por laços sociais, familiares de um pequeno e futuro vassalo do rei de Portugal, o qual na pia de batismo recebeu o nome de Manuel: o mesmo nome de seu padrinho. (ASSENTO DE BATISMO, 1754).

Nesse tempo colonial, a exposta Maria do Ó seguiu o seu caminho tornando-se mãe espiritual daqueles que seriam os prováveis colonos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Tanto que:

Aos Vinte e dois de setembro de mil e setecentos e Sincoenta e Sinco de licenca do Reverendo Vigario o Doutor Manuel Correa Gomes na Cappela de Nossa senhora do O de Mipibû baupiti-



sou e pos os Santos oleos o Reverendo Padre Antonio de Araujo e Sousa a *Pedro* filho de Nasario Pinto, e de sua mulher Feliciana Gomes *forão padrinhos Manuel Raposo da Camara e Maria do O* *exposta em casa de Manuel de Sousa Gomes* de que mandou lançar este asento o Muyto Reverendo Senhor Doutor Vesitador que abaycho asignou. Marcos Soares de Oliveira, Visitador. (ASSENTO DE BATISMO, 1755, fl. 15v, grifo nosso).

Somando-se a esse, tem-se o caso de uma outra enjeitada que ocupou muito claramente uma posição de suposto destaque na Freguesia. Ela foi casada com o Alferes Domingos João Campos, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rozario do Campo, Bispado de Viseu (Portugal). A *exposta* atendia pelo nome de Dona Rosa Maria de Mendonça e tinha sido quando recém-nascida, abandonada em casa do Sargento-mor Mario de Crasto Rocha. (ASSENTO DE BATISMO, 1765).

Nota-se que o possível destaque da referida *exposta-adulta* na sociedade local advinha, principalmente, do seu matrimônio, pois o seu marido era detentor de uma patente militar, que, desde o ano de 1739, concedia-se apenas a homens que fossem moradores de comunidades com menos de cem habitantes. (SALGADO, 1985).

Tudo indica que Dona Rosa Maria de Mendonça fosse juntamente com seu esposo moradora em uma propriedade rural, com seus três filhos, os quais foram todos batizados com os santos óleos na Capela de Nossa Senhora do Jundiáí. Eram eles: Bernardo; Lourenio e Patrício. (ASSENTO DE BATISMO, 1761-1765).

O que mais nos impressionou foram as atitudes dos familiares da *nossa* *exposta-adulta* mediante a outros enjeitados da Freguesia. Salvaguardamos que, na data de 30 de novembro de 1768, às dez horas da noite, foi encontrado por Joam Gomes de Mello, um recém-nascido abandonado em casa de Antonio Ferreira.

Esse *exposto* fora levado à pia de batismo oito dias após ter sido “parido”, no dia 8 de dezembro do mesmo ano, recebendo o mesmo nome de seu padrinho Manoel. Apadrinharam o pequeno desvalido Manoel Fernandes Campos, (filho do Alferes Domingos João de Campos) e Theresa de Jesus Maria, (filha do proprietário do domicílio) em que Manoel fora abandonado. (ASSENTO DE BATISMO, 1768). Há de raciocinar que Manoel Fernandes Campos tornou-se familiar espiritual de uma criança que tinha a

mesma origem de sua suposta mãe.<sup>7</sup> Não podemos esquecer que a esposa desse colono também fora uma exposta-adulta.

Um ano antes do batizado do pequenino Manoel, exposto que se ligou indiretamente por laços sociais e espirituais, a Dona Rosa Maria Mendonça e a sua possível nora, ambas expostas, já que o colono Manuel Fernandes Campos tinha apadrinhado o enjeitado citado. Na realidade, a nossa análise mostra que “todos” os expostos se ligavam a outros expostos, mesmo que fosse colateralmente. No ano anterior, o Alferes se tornou padrinho de seu próprio neto, o qual teve por madrinha a própria tia. Vejamos os termos do Assento de Batismo:

Maria filha de Manoel Fernandes Campos, e de Dona Antonia Maria de Mendonça exposta em casa da Dona Maria Magdalena de Mendonça já defuncta foi bautizada com os sanctos oleos na capella de Nossa Senhora da Conceição de Jundiahi de licença minha pelo padre Jose Vieyra Afonço aos vinte, e nove de dezembro de mil settecentos, e secenta, e sette. Forão Padrinhos o Alferes Domingos João de Campos, e sua filha Dona Anna Guiteria todos desta freguesia, e não constava mais da Certidão, doque fis este termo, em que por verdade me-assinei. Pantaleão da Costa de Araujo, Vigario do Rio Grande. (ASSENTO DE BATISMO, 1767, fl. 4).

214

Assim sendo, a menina a qual acreditamos ter sido neta da exposta Rosa Maria de Mendonça e neta-afilhada de seu marido compôs o conjunto populacional de filhos ilegítimos, devido ao fato de os pais não serem casados oficialmente. Nota-se, também, que a mãe da pequena Maria, a exposta Dona Antonia Maria Mendonça herdou o sobrenome da proprietária do domicílio de onde foi abandonada, possivelmente concedido pela Senhora Dona Maria Magdalena de Mendonça, falecida em 29 de dezembro de 1767, momento em que a sua “netinha” recebeu o primeiro sacramento.

Uma pergunta: será que mesmo tendo sido enjeitada na casa do Sargento-mor Mario de Crasto Rocha, Dona Rosa Maria de Mendonça não foi criada na residência da finada Dona Maria Magdanela de Mendonça? Ou será que a dita finada era sua madrinha? A semelhança é tão clara entre os nomes de Dona Rosa Maria de Mendonça (exposta), e Dona Antonia Maria Mendonça (exposta), direciona para Dona Maria Magdalena de



Mendonça. Mas, não sabemos, já que a investigação sobre recém-nascidos abandonados nos permite um alcance longitudinal muito curto.

Por outro lado, a transmissão de nomes na colônia era extremamente complicada. Ainda mais quando se trata de crianças expostas que, algumas vezes, não recebiam os donos do domicílio onde foram deixados como padrinhos e cresciam como agregados. Na vila de Sorocaba, foram pouquíssimos os enjeitados que contraíram o sobrenome das famílias receptoras. (BACELLAR, 2002).

Assim, anos mais tarde, quando se contabilizava em torno de vinte e cinco anos desde aquele batizado da pequena Maria, tivemos conhecimento de que o Alferes Domingos João Campos voltou a se ligar por laços de apadrinhamento a pessoas com origem no abandono domiciliar.

Em 1792, o colono Jose Rodrigues Silveira teve abandonado em sua casa, um recém-nascido do sexo masculino. Isso ocorreu mais especificamente na data de 6 de julho. No ato do batismo, o enjeitado recebeu o nome de Nicacio e teve como seus padrinhos o militar Domingos João Campos e Josefa Joaquina, filha de José Martins Prassa. Foi batizado na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá, dois dias após ser encontrado na "porta do colono." (ASSENTO DE BATISMO, 1792).

Dessa maneira, podemos entrever uma certa "afinidade" de Domingos João de Campos por pessoas de genitores "desconhecidos". Simples acaso? Não sabemos. Ressaltamos que a escolha da madrinha de Nicacio, exposto, não foi uma atitude aleatória, uma vez que a família de Josefa Joaquina já possuía experiência no acolhimento desses desvalidos. Assim sendo,

Rita filha legitima de Joaquim Lino Rangel exposto em casa de Antonio Martins Prasa Junior e de Anna Francisca Barbosa naturais desta Freguesia neta materna de Felis Barbosa [...] natural de Pernambuco e de Antonia Maria da Conceição natural desta Freguesia nascio aos vinte e sete de junho de mil settecentos e oitenta e sete e foi batizada com os santos oleos aos vinte e quatro de julho do dito anno de licença minha nesta Matrix pelo padre Francisco Manuel Marciel de Mello e forão padrinhos José Teixeira casado e Maria Ignacia solteira e não se continha mais em dito asento do que mandei fazer este em que por verdade me assigno. Pantaleão da Costa de Araújo, Vigario do Rio Grande. (ASSENTO DE BATISMO, 1787, fl. 4).

Houve um momento do cotidiano da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, quando um determinado exposto-adulto se tornou com-padre de uma colona por nome de Maria de Oliveira, mestiça, solteira e dizendo não saber quem seria o pai de sua filha. (ASSENTO DE BATISMO, 1756). Nessa situação de ilegitimidade, Vitoria Gomes que um dia fora abandonada em casa de Dona Nareuza batizou sua filha Caetana, como sendo filha natural, na Capela de São Gonçalo, no dia 4 de agosto de 1788. (ASSENTO DE BATISMO, 1788).

Durante a segunda metade do século XVIII, alguns enjeitados que se tornaram adultos, homens e mulheres, bem como outros colonos viveram seus dias superando as dificuldades do mundo colonial e perpetuando suas famílias. Acreditamos ter sido esse o caminho de Francisco Xavier dos Sanctos, pai dos recém-nascidos, Jose e Sebastianna. (ASSENTO DE BATISMO, 1765-1770). Ambos receberam os santos óleos, também, na Capela de São Gonçalo.

Nessa história pontilhada por continuidades e descontinuidades, casos comuns como esses vão se sucedendo no dia-a-dia da Freguesia como também ocorreu com o exposto Luçianno Ferrera da Costa, pai de dois filhos legítimos: um não foi possível saber o nome, mas era um menino, o outro também de sexo masculino, chamado Antonio. (ASSENTO DE BATISMO, 1760-1763).

Assim, o espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação não só acolheu seus expostos independentemente da idade, mas inclusive aqueles enjeitados longe dali. Uma situação dessas foi a de Anna de Mello, exposta na Ribeira do Capibaribe, que pariu Antonio, filho legítimo, nas terras da Apresentação, Capitania do Rio Grande do Norte. (ASSENTO DE BATISMO, 1768).

Enfim, a modalidade do abandono que predominante entre os moradores da Freguesia foi a domiciliar, na qual se buscava uma proteção para o recém-nascido exposto. De fato, não encontramos crianças mortas por animais, por terem sido abandonadas em lugares ermos. Salientamos, também, que a pequena população de crianças enjeitadas que "circularam" na Freguesia na segunda metade do século XVIII, não teve nenhum auxílio por parte dos poderes públicos, como o Estado e Igreja, deixando evidente a prática de recolhimento e acolhimento informal por famílias da localidade



que, em alguns casos, o exposto é parte de um elo social e familiar, que somente uma análise histórica como esta torna evidente.

Em suma, práticas como essas nos possibilitam compreender o que Novais (1997, p. 13) denominou de “núcleo da camada de sensações” que caracterizou o viver em colônia nos tempos modernos. Inclusive na Capitania do Rio Grande do Norte.

## Notas

- 1 Salientamos que a expressão “abandonado” não existia para se fazer menção às crianças no período colonial, o termo corrente era “exposto” ou “enjeitado”. (VENÂNCIO, 1999).
- 2 “As freguesias, que em quase todos os casos foram criadas antes das vilas, correspondiam às áreas de assistência religiosa, implicando na presença de padres, igrejas e capelas, e abrangiam grandes áreas onde a população vivia dispersa em diferentes fazendas, apesar de existirem pequenos povoados.” (MONTEIRO, 2000, p. 93).
- 3 Sobre a dita Roda dos expostos comenta-se que era: “Uma inovação caracteristicamente mediterrânea na assistência aos enjeitados fora a roda dos expostos. Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num pino colocado sobre seu eixo vertical, e era repartida ao meio. Originalmente, essas rodas giratórias eram comuns nos conventos; alimentos, remédios e mensagens eram colocadas na repartição do lado de fora da parede. A roda era então girada, transportando os artigos para a parte de dentro, sem que as reclusas vissem o lado de fora, e sem que fossem vistas. Ocasionalmente, uma mãe pobre colocava o filho nessa roda, confiando na caridade das freiras para que criassem o bebê. A primeira instituída especialmente para receber crianças foi a do Hospital do Espírito Santo em Roma, em 1198. Já no século XV, a instalação de tais rodas em hospitais tornara-se prática corrente. Havia vários métodos de informa aos internos de que um bebê tinha sido colocado na roda. Normalmente, existia um pequeno sino do lado de fora da parede, junto à roda, para ser tocado pela mãe; havia também as rodas mais sofisticadas, em que o peso do bebê fazia soar automaticamente um sino dentro do hospital.” (ROOSEL-WOOD, 1981, p. 233).
- 4 Morador e freguês da dita Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.
- 5 A cobertura mortuária feita de pano branco, foi muito utilizada pela população da freguesia na segunda metade do século XVIII.
- 6 Torna-se afilhado de um santo católico apostólico romano, era uma prática relativamente comum no Brasil-colônia. (VALDEZ, 2003).
- 7 Deixamos na incerteza a origem materna desse colono, pois não sabemos se a exposta Rosa Maria de Mendonça fora a primeira esposa de seu pai. Tal lacuna só poderá ser preenchida com uma investigação nos livros de Assentos de casamento da freguesia, que não foram utilizados nessa pesquisa.

## Referências

ASSENTOS DE BATISMO. **Registro manuscritos de 1753-1795**. Natal: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

ASSENTOS DE ÓBITO. **Registros manuscritos de 1760-1800**. Natal: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia. (Org.). **Segredos de família**. São Paulo: Editora Annablume/Menge, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1992.

\_\_\_\_\_. **História da cidade do Natal**. 3. ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Editora UNB, 1993.

\_\_\_\_\_. Ritos da vida privada. In: NOVAIS, Fernando Antônio. (Dir.); MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

DOLHNIKOFF, Miriam. Feijó, um liberal do século XIX. **Nossa História**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 72-75, abr. 2004.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Pobres do Açúcar: estrutura produtiva e relações de poder no nordeste colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). **História econômica do período colonial**. 2. ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial de São Paulo/HUCITEC, 2002.



GOLDSCHIMIDT, Eliana. Compadrio. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Editora Verbo, 1994.

LINHARES, Maria Yedda Leite, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO (Primeiro). **Registro manuscrito de 1725-1890**. Natal: Acervo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação. (Transcrição feita pela Bacharel-licenciada em História, Adriana Moreira Lins de Medeiros).

MARCILIO, Maria Luiza. **Caiçara**: terra e população – Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Editora Paulinas, 1986.

\_\_\_\_\_. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726 – 1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MATTOSO, Kátia de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.

MELLO E SOUZA, Laura de; NOVAIS, Fernando Antônio. Comentário VI. In: VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, p. 63-68, jan. dez. 1996.

NOVAIS, Fernando Antônio. Condições da privacidade na colônia. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

POMBO, Francisco da Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Editora Annuario do Brasil, 1922.

ROOSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550 – 1775. Brasília: Editora da UNB, 1981.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**: introdução metodológica. 3. ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1969.

SALGADO, Graça. (Coord.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

TERMOS DE VERAÇÃO. **Registros manuscritos de 1737-1802**. Natal: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, p. 9-27, jan./dez. 1996.

VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás**: século XVIII e XIX. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora Papirus, 1999.

\_\_\_\_\_. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

Prof. Thiago do Nascimento Torres de Paula  
Bacharel de História do Ensino Médio do  
Estado do Rio Grande do Norte  
E-mail | thiagotorres2003@yahoo.com.br

Recebido 27 nov. 2006

Aceito 8 dez. 2006